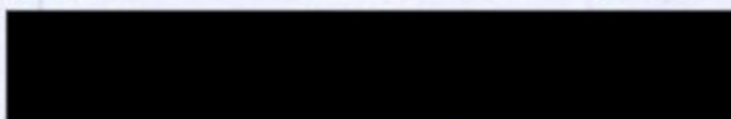




Seção de Inspeção do Trabalho  
Grupo Especial de Fiscalização Rural da SRTE-GO

# **ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

## **RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**



**PERÍODO: DE 23/11/2009 A 27/11/2009**

**LOCAL: FAZENDA PRIMAVERA - NOVA CRIXÁS-GO**

**Coordenadas Geográficas: S 13°53.366' e WO 50°38.728' (carvoaria)**

**S 13°53.436' e WO 52°01.791' (saída da GO-164)**

**ATIVIDADE: Produção de carvão vegetal de florestas nativas**



OP 144/2009



# **I - GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

## **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

### **Auditores-Fiscais do Trabalho**

- |     |            |             |                                 |            |
|-----|------------|-------------|---------------------------------|------------|
| 01) | [REDACTED] | Coordenador | Auditor-Fiscal do Trabalho CIF  | [REDACTED] |
| 02) | [REDACTED] | Subc.       | Auditor-Fiscal do Trabalho CIF  | [REDACTED] |
| 03) | [REDACTED] |             | Auditora-Fiscal do Trabalho CIF | [REDACTED] |

- 04) [REDACTED] Motorista

## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

- 05) [REDACTED] Procurador do Trabalho

## **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

- |     |            |                                   |
|-----|------------|-----------------------------------|
| 06) | [REDACTED] | Papiloscopista de Polícia Federal |
| 07) | [REDACTED] | Agente de Polícia Federal         |
| 08) | [REDACTED] | Agente de Polícia Federal         |

### **III - MOTIVAÇÃO DA AÇÃO FISCAL:**

- 1) Solicitação de realização de ação fiscal por parte do Ministério Público do Trabalho, tendo em vista recebimento de denúncia de trabalho escravo feita por trabalhador a esta instituição.

### **IV - DADOS DO EMPREGADOR:**

Nome: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

CEI: CEI: [REDACTED]

End. Fazenda: GO-164, 25 km após Nova Crixás, entrar a esquerda estrada de terra sentido Bandeirantes mais 32 km, Zona Rural de Nova Crixás.

End.correspondência [REDACTED]

## DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados em atividade no estabelecimento:		
Homens: 08	Mulheres: 00	Menores: 00
Registrados durante ação fiscal:		
Homens: 04	Mulheres: 00	Menores: 00
Resgatados: 00		
Homens: 00	Mulheres: 00	
Menores do sexo masculino (0-16): 00	Menores (16-18): 00	
Menores do sexo feminino (0-16): 00	Menores (16-18): 00	
Crianças (0-12): sexo masculino: 00	sexo feminino: 00	
Adolescente com mais de 16 anos exercendo atividade proibida: 00		
Valor bruto da rescisão R\$: 0,0		
Valor líquido recebido R\$: 0,0		
Número de Autos de Infração lavrados: 14		
Termos de Apreensão e Guarda lavrados: 00		
Número de CTPS emitidas: 00		
Número de Guias de Seguro Desemprego emitidas (obs. Quando houver divergência entre o número de trabalhadores resgatados e o número de guias emitidas, fazer constar o motivo (ex. Menores de 16 anos, etc...): 00		
Número de CAT's emitidas: 00		
Termos de interdição/embargo lavrados: 00		

## DESCRIÇÃO DA INSPEÇÃO:

Conforme articulado com Ministério Público do Trabalho-MPT, no dia 23.11.2009, deslocamos para o município de Mozarlândia-GO, e no dia seguinte demos início às atividades de inspeção. Após várias diligências, conseguimos encontrar a Fazenda Primavera onde estava instalada uma das carvoarias, objeto da denúncia. Tal carvoaria possuía 36 fornos e funcionava no local há cerca de 03 (três) anos, sendo que a autorização de funcionamento da Agência Goiana do Meio Ambiente foi concedida em nome do Sr. [REDACTED]

A referida fazenda (Primavera) trata-se do espólio de [REDACTED] administrada por um de seus filhos e também herdeiro, [REDACTED]

A carvoaria instalada no local era administrada pelo Sr. [REDACTED] CPF [REDACTED] e funcionava com o labor de 06 (seis) trabalhadores, os quais todos estavam sem registro e sem suas CTPS anotadas.

Ao entrarmos em contato com o Sr. [REDACTED] este alegou que a responsabilidade pela carvoaria seria do Sr. [REDACTED] fato confirmado por este. No entanto, dada a incapacidade econômica-administrativa deste, imputamos, com base no art. 3º, §2º, da Lei 5889/73, c/c item 31.3.31 da Norma Regulamentadora nº 31 (Portaria MTE 086/2005), a responsabilidade pelas infrações à legislação trabalhista ao espólio de [REDACTED]

Além da falta de registro de todos os carvoeiros, foram encontradas outras irregularidades, tais como: falta de treinamento para os operadores de motosserras; falta de armários individuais nos alojamentos para a guarda de objetos de uso pessoal; falta de levantamento dos riscos no ambiente de trabalho.

Quanto à denúncia de tratar-se de trabalho escravo, tal alegação era improcedente, uma vez que as condições de trabalho e de alojamento, apesar de algumas inadequações, eram razoáveis.

#### **AÇÕES ADMINISTRATIVAS ADOTADAS PELA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO:**

Até o momento, só foram lavrados 04 (quatro) autos de infração (cópias em anexo), conforme relação abaixo, e emitido um termo de orientação/notificação (cópia em anexo) sobre as principais irregularidades a serem corrigidas.

Ressalta-se que a referida inspeção ainda não foi concluída, restando ao empregador providenciar várias adequações e apresentar documentos, (principalmente comprovar o registro dos trabalhadores), podendo, ao final, serem lavradas novas autuações.

#### **RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:**

ID	Nº do AI	Ementa	Capitulação	Infração
1	[REDACTED]	000005-1	art. 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do início da prestação laboral.
2	[REDACTED]	131454-8	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c Item 31.12.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Deixar de promover a todos os operadores de motosserra treinamento para utilização segura da máquina ou promover treinamento para utilização segura de motosserra com carga horária inferior a 8 horas ou promover treinamento para


				utilização segura de motosserra com conteúdo programático em desacordo com o constante no manual de instruções do equipamento.
3		131374-6	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Deixar de dotar o alojamento de armários individuais para guarda de objetos pessoais.
4		000010-8	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.

### DA NECESSIDADE DE ENVIO DE CÓPIA DESTA À DETRAE-SIT

Tendo em vista tratar-se de ação fiscal visando o combate ao trabalho escravo, ressaltamos a necessidade de envio de cópia deste relatório à DETRAE (Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo) da SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), conforme solicitação daquela Divisão.

À Chefia para as providências cabíveis.

Goiânia, 04 de janeiro de 2010.

  
Auditor Fiscal do Trabalho  
Coord. de Fiscalização Rural da SRTE-GO  
CIF 